

O AUTOR E A AUTOBIOGRAFIA: MORTE, VIDA E OUTROS ESPAÇOS

Yuri Andrei Batista¹

RESUMO: A circulação de textos em primeira pessoa que tematizam a escrita de si em tons (auto) biográficos é presença cada vez mais marcante no âmbito da vida contemporânea, não somente em gêneros tradicionais da esfera literária (biografia, autobiografias, diários, etc), mas também sob outras formas que tem se proliferado cada vez mais numa sociedade altamente midiaticizada. Porém, em tempos já posteriores à morte do autor, como podemos pensar a escrita de si e sua relação com uma suposta instância autoral no âmbito do texto autobiográfico? Por meio de pesquisa bibliográfica embasamos nossas respostas a esses questionamentos nas reflexões teóricas de Foucault (2001), Barthes(2004), Compagnon (1999), Bakhtin e seu círculo (2000;2011), Lejeune(2014), Arfuch (2010), entre outros. Rediscutindo concepções acerca da atividade autobiográfica, percebemos no conceito de espaço biográfico o despontar de novas possibilidades no estudo de (auto) biografias e demais textos que apresentam matizes (auto) biográficos. A identidade autoral na autobiografia contemporânea, bem como a subjetividade que a encerra, é marcada por uma eterna incompletude e sua relação com o já vivido está sempre para a ordem da resignificação. Dessa forma, entre morte e vida, vislumbramos novas perspectivas na discussão do papel autoral no âmbito da produção literária.

PALAVRAS-CHAVE: Autobiografia; Autor; Espaço biográfico.

RESUMÉN: La circulación de textos en primera persona que tematizan escrituras de sí en tonalidades (auto) biográficas es presencia cada vez más marcada en la vida contemporánea, no solamente en los géneros tradicionales de la esfera literaria (biografía, autobiografías, diários, etc.), mas también sob otras formas que se proliferan cada vez más en una sociedad altamente midiaticizada. Pero, en tiempos ya posteriores a la muerte del autor, ¿cómo podemos pensar la escritura de sí y su relación con una supuesta instancia autoral en el ámbito del texto autobiográfico? En el marco de la investigación bibliográfica basamos nuestras respuestas a estos cuestionamientos en las reflexiones teóricas de Foucault (2001), Barthes (2004), Compagnon (1999), Bakhtin y su círculo (2000, 2011), Lejeune (2014), Arfuch (2010), entre otros. En el concepto de espacio biográfico, percibimos concepciones acerca de la actividad autobiográfica, el surgir de nuevas posibilidades en el estudio de (auto) biografías y demás textos que presentan matizes (auto) biográficos. La identidad autoral en la autobiografía contemporánea, así como la subjetividad que la encierra, está marcada por una eterna incompletud y su relación con el ya vivido está siempre para el orden de la resignificación. De esta forma, entre muerte y vida, vislumbramos nuevas perspectivas en la discusión del papel autoral en el escenario de la producción literaria.

PALAVRAS-CLAVE: Autobiografia; Autor; Espacio biográfico.

Introdução

O papel ocupado pelo autor no todo da produção literária sempre foi ponto que abriga inúmeras discussões e questionamentos, figura que assume diferentes formas e

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Letras: linguagens e representações (PPGLLR/UDESC), pesquisa fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), batista.yuriandrei@gmail.com

valores ao longo fluir histórico. Por vezes a esse papel coube o anonimato enquanto um sinal de que a obra em si não se vinculava diretamente ao seu autor, a ausência de uma voz autoral singular não dificultava a aceitação da obra como aponta Foucault ([1969] 2001) quando discorre acerca dos escritos na Antiguidade. A autenticidade dessas obras recaía, por sua vez, sobre sua “antiguidade, verdadeira ou suposta, era para eles garantia suficiente” (FOUCAULT, [1969] 2001, p.15). Nesse âmbito, cada vez que uma tragédia era (re) contada, por exemplo, abria-se espaço para a edição e renovação da história por meio de quem a contava, moldando-se as alterações ao próprio contar de quem o fazia.

Num outro momento, posterior às discussões em torno do direito autoral e mais próximo dos dias contemporâneos, a questão do autor toma lugar no domínio da autoridade. O nome do autor funciona como uma espécie de “marca” que dá respaldo aos escritos, cujo renome ou ausência dele agregará um determinado valor à obra. Na visão de Barthes ([1968] 2004, p.2), “a imagem da literatura que podemos encontrar na cultura corrente é tiranicamente centrada no autor, na sua pessoa, na sua história, nos seus gostos, nas suas paixões”. Como corrobora Foucault ([1969] 2001), quando dizemos “tal pessoa é o autor disso”, atestamos que o objeto não está para a ordem do ordinário, porém, se trata de um artefato que deve ser recebido de maneira correspondente ao *status* que precede o nome de seu autor. A autoria é, assim, em muitas áreas de atividade humana um sinal que dá crédito ou não ao objeto do qual se detém a autoria, chegando ao ponto de ser intolerável para nós a existência do anonimato literário, por exemplo (FOUCAULT, [1969] 2001).

Quando muitas discussões mencionam a morte do autor, passamos a nos indagar: se o autor está morto, como pensar a existência dessa entidade literária na obra dita autobiográfica? O que dizer sobre a relação que essa figura autoral estabelece com os escritos sobre sua própria vida?

Guiados por esses questionamentos, tecemos uma pesquisa de levantamento bibliográfico que análise alguns postulados teóricos que discorrem acerca dessa temática. Assim, nossa discussão incide em primeiro ponto sobre a contestação do autor, marcada principalmente por duas relevantes obras do universo acadêmico (BARTHES, [1968] 2004; FOUCAULT, ([1969] 2001)), ambas concebidas em contextos histórico-sociais semelhantes nos apresentam um autor acompanhado de uma certidão de óbito, advogando a favor de seu desaparecimento. Em seguida nos debruçamos sobre aportes que atestam a possibilidade do vínculo existente entre autor e obra, afirmando, entre outras coisas, que o autor permanece vivo (COMPAGNON,

1999; BAKHTIN, 2011). Como nosso ponto principal está centrado sobre o autor no cenário de escrita autobiográfica, (re) discutiremos a noção de autobiografia e do sujeito autor nos postulados de Philippe Lejeune (2014) a partir de uma perspectiva dialógica. As respostas a nossas perguntas nos apontam para novos horizontes de escrita (auto) biográfica que despontam com Arfuch (2010) e a existência do *espaço biográfico*.

Entre óbitos e fantasmas

Através de um título deveras objetivo, em *A morte do autor* ([1968] 2004), Roland Barthes defende a tese central de que o ato da escrita subentende a morte daquele que “segura a caneta”. A escrita sinaliza para Barthes um *locus* que exclui toda origem, toda voz singular, em que os sujeitos que ali se constituem perdem sua identidade, sendo o primeiro deles o próprio escritor. O pensador francês afirma que “desde o momento em que um fato é contado [...] produz-se este desfasamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa” (BARTHES, [1968] 2004, p.1).

Dessa forma, fica assinalada a morte do autor enquanto origem de todo o percurso de escrita, deixa-se de pensar aqui a noção do “Autor-Deus” para pensar num papel de autor que tivesse menor peso em relação àquele construído desde a modernidade, não mais detendo o domínio sobre o sentido ulterior que encerraria a obra. Surgiria, então, a figura do *scriptor* moderno que nascido em contiguidade com seu texto, estabelece uma relação inteiramente nova com o que seria sua “obra”, ele não mais

é um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é de modo algum o sujeito de que o seu livro seria o predicado; não existe outro tempo para além do da enunciação, e todo o texto é escrito eternamente aqui e agora (BARTHES, [1968] 2004, p. 3).

A partir da morte do autor, o *status* de centro que ele antes ocupava é agora preenchido pela linguagem em si, sendo esta a causa de toda e qualquer origem, até mesmo do próprio sujeito. A atividade enunciativa é o que se coloca como horizonte para o princípio da escrita, o “eu falo” perde o seu lugar sendo não mais um autor, dono do sentido, a falar, porém, a própria linguagem. Quando Barthes põe em cheque a ideia do sentido único materializado na voz autoral, é proposto que a escrita terá sempre múltiplos sentidos que são significados a partir da atividade de leitura. Sobre a leitura e o leitor, afirma Barthes ([1968] 2004, p.5) ser

o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino.

Num território foucaultiano, a discussão em torno da figura do autor se desenrola em um percurso que, assim como em Barthes, sinaliza o apagamento da instância autoral. Em seu texto *O que é um autor?* ([1969] 2001) Michel Foucault sugere um autor que está em constante processo de desaparecimento, ou seja, esse sujeito autor que assina e dita em sua maneira os rumos da obra, mais se assemelha a imagem de um fantasma, o sussurro que em outro tempo era presente e *per si* manipulava a própria presença.

Essa caracterização de autor não é nada além do que um papel social que pode vir a ser ocupado por múltiplos sujeitos em certas formas discursivas que requerem uma voz autoral. Ela existe no universo discursivo em formas historicamente construídas que necessitam de uma voz que circula como fonte do escrever. Para Foucault, desde a modernidade, em um discurso literário é razão de incomodo a expressão “autor desconhecido”, não só pela ausência de um “nome” autoral, mas sim pela omissão desse proprietário do dizer que não se apresenta para referendar ou sustentar as razões que permeiam a atividade criadora. Já numa esfera de discurso científico, o autor vigora simplesmente como um nome próprio emprestado para nomear uma fórmula, um procedimento, um elemento químico, evidenciando o fato de que mais importa o processo em si do que a sua suposta origem.

A chamada *função autor* define-se, então, por um espaço vazio ao mesmo tempo sempre já preenchido, visto que “pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a varias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (FOUCAULT, [1969] 2001, p.20).” O autor, nesse viés, perde seu status de essencialidade e a busca por essa origem, ou por um dado sentido maior que se faz num passo metafísico, é questionada por Foucault.

Como suma desse primeiro momento, Barthes coloca o leitor e a leitura como referências do fechamento e da unidade da obra, dando margem à própria linguagem como origem de tudo. Foucault dá ênfase a um espaço para pensarmos a construção de sentido não mais centralizada na figura do autor, sugere, porém, que quaisquer sujeitos podem atuar na instância discursiva chamada função autor.

Ambos os pensadores argumentam em favor do desaparecimento, da morte do autor. No entanto, o que de fato se põe em jogo é a busca de uma razão elementar,

sentidos últimos sustentados por esse autor e suas intenções para com a feitura de determinada obra. Questiona-se através da morte do autor a existência de uma subjetividade que preconiza essencialidades, valores e verdades transcendentais, monologizantes que não comportam diversidades e que são configurados ontologicamente na organização de uma uniformidade inconsistente.

Segundo Versiani (2009) quem morre nessa cena é um dado sujeito que existiria fora da linguagem, que precede o seu uso e ação. Refuta-se então seu valor de centro, sua posição como origem de todo o discurso. A *causa mortis* desse acontecimento é justamente demarcada por um novo olhar que se tem da construção subjetiva, sendo ela não mais princípio de todo o dizer, mas uma entidade descentrada, fragmentada e que se constrói no/pelo uso da linguagem.

O autor está vivo?

Ciente da constatação dessa subjetividade sob outros contornos é que desenvolve o estudioso Antoine Compagnon um dos quiasmas de sua tese apresentada na obra *O demônio da teoria* (1999). O que interessa diretamente ao pensador francês é o papel que desempenha a *intenção* no que toca a figura do autor. Morto ou desaparecido é pertinente, nesse patamar, a análise da relação mantida entre o texto e aquele que se tem na condição de autor, sua importância em face do(s) sentido(s) advindo(s) da significação do texto.

Como atesta Compagnon (1999, p.47) “A antiga ideia corrente identificava o sentido da obra à intenção do autor; circulava habitualmente no tempo da filologia, do positivismo, do historicismo.” Sua morte marca, então, o lugar do texto enquanto espaço onde coabita uma pluralidade de vozes e uma gama de possíveis sentidos. A ascensão do leitor como destino/origem de toda significação, já assinalada por Barthes, é reiterada por Compagnon, entretanto, juntamente com a proposição de uma pergunta de considerável relevância: “Por falta de uma verdadeira reflexão sobre a natureza das relações de intenção e de interpretação, não é do leitor como substituto do autor de que se estaria falando? (COMPAGNON, 1999: 52)”.

Igualmente, faz-se do leitor a origem de todo o processo de significação na sua relação com o texto por meio da atividade de *interpretação*. O gesto interpretativo mantido num fluxo leitor x texto propõe ao primeiro a centralidade sobre a tarefa de construir sentido tendo o segundo por base. No entanto, mais uma amarra solta que

desenlaça Compagnon recai sobre a verdade do ato de interpretar que compete ao leitor, o autor sugere que “interpretar um texto não é sempre fazer conjecturas sobre uma intenção humana em ato?” (1999, p.49).

Cabe mencionar, nesse caminho, a hipótese compagniana das passagens paralelas. Se após o término da composição do texto tem-se a morte do autor, então teoricamente as opiniões e comentários que esse *scriptor* tem em relação à sua obra, já “finalizada”, não deve ter muita importância em face da autonomia da composição na relação criação x criador. Porém, o que o método das passagens paralelas constata, é que se compararmos um comentário do autor da obra em relação ao de um autor outro, o primeiro acaba soando mais aceitável ou pertinente do que o segundo, tendo assim mais peso quando posto em relação ao possível acabamento dado ao texto. Esse fato levanta a ideia de que a figura do autor se vincula à obra de outra forma, agora não por deter a chave que abre a porta correta nesse labirinto que é a significação, mas sim por esclarecer ou apontar pistas quando a proposta é refletir acerca do que se pode considerar uma *intenção em ato* (COMPAGNON, 1999, p.72).

O tom que ressoa ao final é que acabamos andando em círculos integrados de fases alternadas, em que ora o peso recai sobre o autor ora sobre o leitor, ainda que continuemos retornando a um lugar comum: uma origem, um valor de centro. A sugestão de Compagnon em meio a essa alternância de forças contínuas é declarar a insuficiência dessa disputa, em sua visão “trata-se de sair desta falsa alternativa: o texto ou o autor. Por conseguinte, nenhum método exclusivo é suficiente. (1999, p.96)”. O que nos cabe pensar, então, é que ambos precisam ser reconhecidos como importantes elementos numa discussão em que essas partes se entrecruzam em torno da significação.

É importante então que façamos uma síntese breve a esse nó em nosso percurso. Constatamos aqui que o autor enquanto centro e suposto princípio do dizer, subjetividade que funciona como fonte originária de toda obra e, portanto, de verdade absoluta, está *morto*, como proposto no contraponto entre Barthes e Foucault. No entanto, no óbito desta face da figura autoral, afirmamos a partir de Compagnon que uma nova forma de autor se configura num horizonte teórico mais contemporâneo, uma percepção de autor que se mantém presente, porém, de forma ressignificada. Seu cenário não mais é o de onipotência, onipresença, mas ao passo que possui considerável relevância em relação a uma relação estabelecida junto ao texto e ao leitor.

Considerando essa premissa, nos é sensato trazer à tona mais um aporte teórico que nos fornece instrumentos para versar sobre o funcionamento dessa nova categoria

de autor, sendo que através dessa última, podemos enxergar a instância autoral em perspectiva semelhante à de Compagnon, denotada anteriormente. Mikhail Bakhtin e seu círculo tratam do autor a partir do ângulo de uma subjetividade construída através da linguagem enquanto discurso. Esse sujeito que se circunscreve a um dado momento histórico-social-cultural e que é influenciado por esferas discursivas em que cada ato implica numa atitude de responsabilidade, responsividade e para o qual “não há álibi”.

Expressando de uma outra forma, o sujeito bakhtiniano é constituído na/pela linguagem e no momento em que este a utiliza por meio do processo enunciativo ele reflete e refrata o mundo concreto através de seu ângulo de visão, o horizonte avaliativo em que ele está situado e de onde parte a enunciação (VOLÓCHINOV, [1929]2017). O ato enunciativo é dessa forma preenchido de informações acerca de quem enuncia, como enuncia, de onde enuncia e também, por que enuncia, uma vez que nunca se constitui um ato enunciativo sem que se tenha uma finalidade para ele, uma intenção. Essa intenção é mediada pela responsividade com que o ser mobiliza a linguagem e sua intenção em direção ao que fora anteriormente posto na teia discursiva, uma vez que, segundo Bakhtin (2011, p. 272), “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”.

Pensar a existência de uma voz autoral a partir dessa perspectiva de teor dialógico incorre sobre a verdade de que todo enunciado concreto é produzido com uma finalidade e em tom de resposta a algo antes dito, que, por sua vez, prenuncia em igual ritmo dizeres futuros, “todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau” (BAKHTIN, 2011, p.272). A enunciação acaba por desvelar o lugar de onde fala o sujeito, sua posição axiológica, única e não reiterável na produção discursiva. O dizer, a esse sabor, não é neutro e tampouco desprovido de intentos, marca seguramente uma posição enunciativa que é singular dado o constante processo de *vir-a-ser* característico da existência humana. Sob a luz do dialogismo bakhtiniano, o *eu* tem seu “acabamento” na visão do *outro*, ou seja, através da *inter-ação*, o eu tem a oportunidade de se “acabar” um pouco mais, ou seja, a cada novo contato com o outro, pode dar mais acabamento à sua plenitude “infinitamente inacabável”.

Nessas condições, à luz de Bakhtin (2011), essa subjetividade que integra a figura do autor ocupa uma posição irrecuperável. Sendo o indivíduo dotado de singularidade e unicidade, a única maneira de ter o *outro* na exata perspectiva do *eu* se daria na condição de esse outro ocupar exatamente a mesma posição singular do eu enunciativo. No entanto, a existência desse autor que num determinado ponto para

Bakhtin (2011) se divide entre *criador x pessoa*, deixa vestígios inegáveis de sua existência dada à natureza dialógica da enunciação. São marcas enunciativo-dialógicas, impressas na obra de maneira inevitável, evidenciadas, por exemplo, na análise do conteúdo temático e do estilo que são categorias inerentes à linguagem, sob a forma de gêneros discursivos (BAKHTIN, 2011).

Conforme a discussão que apresenta Volóchinov ([1929] 2017), estilo e tema são em um ponto elementos únicos tais qual a própria enunciação. Ao mesmo tempo, possuem características estáveis e reiteráveis pelos seres da linguagem no ato de interação. O estilo, marcando as escolhas de recursos languageiros, fraseológicos, acaba por denotar um *axion* de onde parte o enunciador com base nas decisões que este toma. Já com relação ao tema, por mais que haja uma parte reiterável que orienta o dizer dos enunciativos na ordem do conteúdo, existe uma porção também única ao momento enunciativo, vinculada ao contexto histórico, social, cultural de quem enuncia. Dessa maneira, a existência de uma figura autoral que se associa a seus escritos pode ser sentida através de dois movimentos: a contextualização do tema em face de sua relação com fatores exteriores à linguagem e o estudo das marcas de estilo que a um dado ponto denunciam a existência do autor.

Sobre o sujeito/autor, nessa perspectiva, vemos que se corrobora a ideia de uma existência em si não tão uniforme e fechada como por muito se defendeu nos tons universalizadores do pensamento positivista. Tem-se aqui um sujeito compartimentado e em constante estado de (in)acabamento possibilitado pela atividade enunciativa em sua dialogia, que não oferece escapes para essa existência, tornando impossível o desaparecimento dessa subjetividade em face da *inter-ação discursiva*.

(Re) discutindo o pacto autobiográfico

A esse ponto consideramos então a existência de um autor que não desaparece completamente, na verdade, permanece vinculado aos seus escritos no ponto de que é impossível pensar na existência de qualquer ato enunciativo desprovido de uma intenção. Quando pensamos então a questão do autor no cenário autobiográfico vemos o emergir de mais questionamentos.

Ao longo dos anos o privado, o vivencial (Erlebnis) foi sendo introduzido no âmbito da escrita de uma esfera dita “pública”. Como propõe Arfuch (2010), escritores

como Goethe por meio de uma escrita considerada por muitos intimista, permitiram a inserção do *si mesmo* num espaço literário que ainda não abrigava (auto) biografias e seus desdobramentos.

É somente em meados do século XVIII que data o início da consolidação de um espaço autorreflexivo que tencionaria a constituição de uma nova forma de subjetividade. Muitos estudiosos assinalam a publicação das *Confissões* de Jean Jacques Rousseau como um dos maiores marcos da emergência do “eu” no âmbito da esfera literária. Delineando sua escrita sob os contornos de uma voz que se autorreferencia, o pensador francês coloca de maneira assertiva o tom autêntico e inovador que sua obra traz, para aquele momento, em especial, uma proposta um tanto inusitada. A saber, já na página introdutória essa proposta nos é bem clara:

Dou começo a uma empresa de que não há exemplos, e cuja execução não terá imitadores [...]. Quero mostrar aos meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza; e serei eu esse homem [...] (ROUSSEAU, 2008, p. 29).

Rousseau deixa assim um espaço aberto para uma forma de pintar o real que se desvela sobre tonalidades confessionais, íntimas e intimistas, marcas da autobiografia e demais formas autobiográficas.

Nesse sentido, o teórico e crítico francês Philippe Lejeune propõe um estudo da autobiografia e gêneros de matizes autobiográficos pela ótica do *pacto autobiográfico*. Esse conceito inicialmente usado na década de 70 possibilitou maior credibilidade teórica aos estudos envolvendo autobiografia na esfera da crítica e teoria literárias. Após sua primeira versão, considerada por muitos deveras categórica e autoritária, o termo foi revisitado em 1986 e 2001 pelo próprio Lejeune. A partir de então, este propôs outras vertentes de análise de gêneros autobiográficos, a fim de fomentar estudos acadêmicos com esses objetos que outrora apenas sinalizavam uma espécie de apêndice documental sobre a vida do autor. Lejeune então demarca a existência de um *espaço autobiográfico*, um espaço em que orbitam as variedades de narrativas autorreferenciais em torno da autobiografia e suas tipicidades, esta última figurando de maneira central no arranjo construído pelo pesquisador francês em sua conceituação.

O pacto autobiográfico que descreve Lejeune (2014) é um tipo de vínculo semeado entre autor e leitor sob o princípio de um gesto contratual. Tal contrato está alicerçado na premissa de que no entorno daquela obra existe uma relação de identificação entre autor, narrador e personagem. O leitor, em contrapartida, reconhece como marcas desse pacto a isonomia presente entre essas três instâncias na obra

autobiográfica, além de outras formas com que esse pacto vem a adquirir contornos reais.

Tomando por base a relação que se estabelece entre autor e leitor por meio do pacto autobiográfico, podemos adentrar a conceituação de Lejeune para a autobiografia e os gêneros que tem desdobramento a partir dessa definição. A autobiografia nos termos do pacto é uma:

narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade (LEJEUNE, 2014, p.16).

Fica para nós perceptível a hipótese da identificação entre autor, narrador e personagem enquanto eixo embasador dessa definição, visto no nível em que a pessoa real por trás da enunciação assume de maneira explícita ser a *mesma* que outrora vivenciou a ação a ser contada, narrando a si própria naquele momento enunciativo. Essa característica, segundo Lejeune, marca-se como “tudo ou nada” e é a raiz do pacto autobiográfico, sendo a partir dela definido, para Lejeune, o que é uma autobiografia e o que em partes apresenta características autobiográficas conforme a citação a seguir:

Uma identidade existe ou não existe. Não há gradação possível e toda e qualquer dúvida leva a uma conclusão negativa. [...] Para que haja autobiografia (e, numa perspectiva mais geral, literatura íntima) é preciso que haja relação de identidade entre o *autor*, o *narrador* e o *personagem* (LEJEUNE, 2014, p.18, grifos do autor).

Em outras palavras, a existência de um dado pacto entre autor e leitor que valida a relação de identidade entre as três instâncias literárias destacadas na última citação, seria essencial para a existência da autobiografia e de traços autobiográficos nesses conformes. Existem, contudo, alguns pontos a serem problematizados no âmbito do pacto e no conceito de autobiografia que ele encerra, bem como na própria ideia de subjetividade.

Se pensarmos inicialmente no princípio da identificação vemos que as prescrições colocadas por Lejeune soam um tanto normativas e parecem ditar um formato de autobiografia, certo cânone configurado em moldes que tomam a uniformidade no trio autor/narrador/personagem, por exemplo, como uma prerrogativa autobiográfica. Como sugere Arfuch (2010, p.53) “existem os pseudônimos, os desdobramentos, os entrecruzamentos pronominais – passagem à segunda, à terceira pessoa...”, estratégias que burlam os princípios da crença nessa unidade que encerra o

pacto autobiográfico. Dessa forma, o que acontece com aquelas construções em que personagem e autor não coincidem em nome mais que ainda assim tem-se uma vida em autorreferência?

Leonor Arfuch argumenta nesse sentido que, já ciente da impossível tarefa de aferir plena identidade ao trio autor-narrador-personagem, é que Lejeune, decidindo usar de um ideário da Pragmática, propõe de fato a noção de uma leitura sob essa égide contratual. Nas palavras da estudiosa argentina

É diante da manifesta impossibilidade de ancoragem factual, “verificável”, do enunciador, que Lejeune, consciente de enfrentar um dilema filosófico que atravessa a história do autobiográfico, propõe a ideia do *pacto autobiográfico* entre autor e leitor, desligando assim a crença e verdade: “Pacto (contrato) de identidade selado pelo nome próprio” (ARFUCH, 2010, p.53, grifos da autora, itálico da autora)

A construção de um pacto só é possível por que existe um interlocutor que o corrobora e responde de forma a sustentar os relatos como verídicos. O que nos sugere Lejeune, com isso, é que sem a realização contratual no sujeito leitor da suposta unicidade entre as três instâncias narrativas aqui mencionadas, não existe de fato uma narrativa autobiográfica. Em outras palavras, ainda que possivelmente a par da impossibilidade de atestar a veracidade dos acontecimentos enunciados, se o leitor não responder de forma a respaldar a relação de verossimilhança no que tange os entrecruzamentos dialógicos entre quem narra, como (se) narra, quem vive e quem viveu no âmbito de uma plena identificação, o relato por mais intimista que seja, não configura-se por autobiográfico.

Colocamos-nos a cogitar o fato de que fugindo aos contornos estabelecidos pelo pacto autobiográfico e não identificando essa relação isonômica entre o tripé anteriormente citado, o *status* de “verdade” que envolve esse *contar-de-si-mesmo* encerrado no pacto se perderia. Nesse caso, a obra teria um valor ficcional, porém numa perspectiva mais direcionada ao fictício, inventado, imaginado. O que Lejeune traz no princípio da identificação é uma credibilidade do texto autobiográfico em relação ao seu leitor que nos faz discutir essa ideia de “real” enquanto representação fiel do que uma vez foi vivido. Pensando o próprio conceito de representação na esteira de Walter Benjamim proposta por Gagnebin (2005) vemos que não existe relação direta entre a apreensão do que se diz ser real e o que registra o sujeito sobre esse real, há sempre de se admitir um desvio (Umweg) próprio da tarefa representacional que impede a

objetividade e conseqüentemente a noção de fidelidade nesse ato. Dessa forma, podemos pontuar que a hipótese de uma escrita baseada na confiabilidade do relato de uma memória enquanto captura fiel do “real” acontecimento, é inviável.

Somado a isso, retomamos a possibilidade de uma unidade, identificação plena entre as três instâncias enunciativas que traz Lejeune (2014). Se observarmos a subjetividade vislumbrada em dias mais contemporâneos, vemos que em meio à concepção de uma identidade múltipla, fragmentada, descentrada e em constante deslocamento (HALL, 2006) a possibilidade dessa plena uniformidade é uma ideia inatingível. Quando nos pautamos num viés dialógico que considera o inacabamento enquanto elemento constituinte do sujeito, podemos levar essa pergunta para outro terreno.

No que se refere à escrita autobiográfica, o sujeito que se coloca na condição de autor é o mesmo que narra e vivencia os fatos narrados, quando colocamos a isonomia dessas três instâncias como um dos critérios para essa identificação, entre outros fatores que são marcados pelo pacto autobiográfico. Entretanto, percebemos nessas categorias a existência de três consciências enunciativas distintas, em outras palavras três consciências que se diferem a partir de seus estágios de acabamento. Por mais que quem relata seja a mesma pessoa que vivenciou toda a trajetória relatada, nunca se poderá narrar tais fatos sob a mesma perspectiva do eu que uma vez os vivenciara. Assim, embora se tratem do mesmo indivíduo, quem narra e quem é narrado no âmbito da escrita autobiográfica são, para Bakhtin, *eus* diferentes, ou, melhor dizendo, se estabeleceria então uma relação *eu/outro* consigo mesmo

Eu não sou aquele que olha *de dentro dos meus olhos* para o mundo, mas eu me vejo com os olhos do mundo, com os olhos dos outros; estou possuído pelo outro. [...] Não tenho em mim uma perspectiva externa sobre mim mesmo, eu não tenho nenhuma visão correta para a minha própria imagem interna. No meu olhar estão os olhos do outro (BAJTIN, 2000, p.156, tradução nossa, grifos do autor)²

Cabe, então, ao autor na esfera de escrita autobiográfica *extralocalizar-se* (BAKHTIN, 2011). Em outras palavras, distanciar-se de seu eu atual e mergulhar no espaço da memória para trazer à tona as experiências outrora vivenciadas, deixando que seu excedente de visão dada a sua extraposição em relação a si mesmo, o permita

² No soy yo quien mira *desde el interior de mi mirada* al mundo, sino que yo me veo a mí mismo con los ojos del mundo, con los ojos ajenos; estoy poseído por el otro. [...] No poseo un punto de vista externo sobre mí mismo, no tengo enfoque adecuado para mi propia imagen interna. Desde mis ojos están mirando los ojos del otro. (BAJTIN, 2000, p.156)

reconstruir o já vivido sob um olhar ressignificado. Dessa forma, as experiências são transmitidas com tons diferentes já que o eu que as revisita se encontra num estado de acabamento distinto daquele que as vivenciou.

Nesse curso, o autor enquanto aquele que reconstrói a experiência vivida agora sob a égide de memórias é a primeira das consciências que podemos descrever. Ele é a figura responsável pela tarefa de distanciar-se de seu eu presente e visitar as experiências passadas de maneira que nesse ato acaba por ressignificá-las. No momento em que ele dá novo tom àquela memória ele ativa outra consciência, o narrador. O narrador é a consciência a quem importa estar ciente de tudo que acontece nos momentos que decorrem da enunciação. É ele quem fica responsável por guiar o leitor no desenrolar da atividade enunciativa que toma forma a partir da visão conferida àquela memória. O herói ou personagem é a terceira forma de consciência que se apresenta como o corpo que dá forma às ações contadas. Ele é o elo que dá materialidade ao ato que vem a ser percorrido pelo narrador, limitado ao desenrolar da cadeia enunciativa que compõe o todo da obra, sendo sua ciência da história vivida parcializada ao que é descrito pelo narrador e sua forma de narrar.

Assim, por mais que as consciências que se desvelam a partir da instância autoral na obra autobiográfica estejam em momentos de acabamento distintos, a ideia de identificação que poderia manter-se entre elas é mantida pelo fio da dialogia. O diálogo possibilitado através da extralocalização é mantido entre essas vozes a ponto de funcionar como vínculo que lhes confere um ar de organicidade, identificação.

O autor e o espaço (auto)biográfico contemporâneo

As discussões levantadas até aqui dão lugar para uma outra proposta de olhar sob a autobiografia, no passo em que encontramos no conceito de *espaço biográfico* território para instigar respostas a questionamentos que envolvem acima de tudo essa noção de identidade desenvolvida contemporaneamente. Tal termo cunhado por Leonor Arfuch (2010) a partir dos postulados de Philippe Lejeune atua como *locus* em que coabitam a biografia, a autobiografia e outras possibilidades de gêneros (auto)biográficos que envolvem desde os tradicionais diários, memoriais, correspondências a gêneros marcados por relações hipermidiáticas como os blogs, vlogs e as tão famosas redes sociais (facebook, instagram, twitter, etc) que chancelam um gosto por um

privado demasiadamente público (ARFUCH, 2010). Nas palavras de Arfuch (2010, p. 49) o espaço biográfico pode ser entendido como:

[...] confluência de várias formas, gêneros e horizontes de expectativa
 [...] Permite a consideração das respectivas especificidades sem perder de vista a sua dimensão relacional, sua interatividade temática e pragmática, seus usos em vários campos da comunicação e ação.³

Esse novo território em que se entrecruzam as narrativas do eu, leva em conta os pontos de intersecção que sinalizam possibilidades de diálogo entre essas formas (auto) biográficas, ao mesmo tempo que não perdem de vista suas especificidades. Utilizando do termo bakhtiniano gêneros do discurso, Arfuch propõe

ir além dos gêneros auto/biográficos canônicos para abranger a multiplicidade de formas, que atualmente adota a narrativa vivencial, com uma grande diversidade retórica em relação a seus ancestrais do século XVIII [...] (ARFUCH, 2009, p. 113.)

A autora propõe de uma forma geral (re)discutir o espaço canônico que orienta a análise e estudo das (auto) biografias, pensando em justamente dar conta da complexidade e multiplicidade de formas em que se constrói a escrita autobiográfica no decorrer do tempo, considerando principalmente uma sociedade midiaticizada. Fica aí sinalizada, dentre outras coisas, uma nova forma de autobiografar uma existência, em que não mais se pondera unicamente a uniformidade, tanto preconizada como marca da hipótese de identificação levantada por Lejeune e pela rigidez de seu pacto.

Esse espaço que nasce em um recorte dialógico parte do princípio da impossibilidade da identificação desse sujeito com o si mesmo que ele encerra. Resgatando a possibilidade aqui trabalhada no aporte bakhtiniano de um diálogo *eu x outro* consigo mesmo, é característica da escrita que emana do espaço biográfico a existência de um ser sempre em construção, nunca acabado e nunca idêntico à visão que ele tem de si mesmo. Por mais que se coloque a se perceber pelas lentes alheias, essa subjetividade extraposta sempre terá de si uma ideia diferente daquela que realmente é.

Propõe-se então uma análise dessa vida que se intercala entre público e privado na unicidade dos contornos de cada gênero dito autobiográfico por uma ótica que os particulariza e considera ao mesmo tempo a intertextualidade e a interdiscursividade que se constrói entre eles. Uma leitura menos contratual que não subentende o

³ [...] confluência de múltiples formas, géneros y horizontes de expectativa[...] Permite la consideración de las especificidades respectivas sin perder de vista su dimensión relacional, su interactividad temática y pragmática, sus usos en las distintas esferas de la comunicación y de la acción.

estabelecimento de padrões e normas universais, mas que pode engendrar tendências e regularidades que são situadas e circunscritas a contextos históricos-sociais-culturais (ARFUCH, 2010).

O autor no espaço (auto) biográfico é então uma subjetividade plenamente dialógica constituída no/pelo olhar do *outro*, portanto não concebida como origem de seu dizer, corroborando com as inferências depreendidas nas primeiras discussões de nosso percurso. Tal qual a linguagem, peça que o define, esse autor é um ser plural, heterogêneo e nunca pleno, sempre em busca de conclusibilidade, um senso de acabamento que não pode ser totalmente realizado, dessa forma está sempre em um processo de tornar-se, um constante *vir-a-ser*.

Considerações

Após a discussão até aqui proposta, chegamos a algumas constatações. Inicialmente a figura autoral, enquanto centro do sentido em relação a sua obra, de fato está morta. Emerge, com isso, a linguagem como origem para todo o dizer, sendo o próprio sujeito construído a partir dela. A partir de então, consideramos a formação de uma subjetividade descentralizada, fragmentada e em evolução, ou seja, nunca completamente acabada.

Contiguamente, o leitor e a atividade de leitura também emergem no sentido de ocupar o espaço vazio deixado pela morte do autor. No entanto, quando simplesmente trocamos seis por meia dúzia, a problemática relacionada à existência de um fechamento para a obra permanece inalterada. Apoiados em Compagnon percebemos que é necessário sair de uma filosofia maniqueísta considerando autor e leitor como lados opostos nesse cabo de guerra em prol do sentido e passar a vê-los como peças harmônicas quando pautamos o gesto de interpretação. Nessa congruência cabe a inserção de uma ótica dialógica acerca da linguagem, no passo que atestamos a incapacidade de conceber a enunciação de forma despreziosa. Esse autor está, então, incontestavelmente vinculado aos seus escritos, visto que toda enunciação pressupõe uma intenção, uma finalidade que podem ser analisadas a partir das marcas enunciativo-dialógicas deixadas no percurso enunciativo.

Tencionando sob esse olhar a autobiografia e outros gêneros que podem derivar dela, reconhecemos também a impossibilidade da existência de um princípio de

identificação entre autor, narrador e personagem como propõe o conceito de pacto autobiográfico apresentado por Lejeune (2014). Tal definição acaba criando certo cânone autobiográfico quando se apresenta de maneira normativa e excludente das formas que não se adequam aos moldes preconizados. Além, disso a relação entre verdade e credibilidade que o pacto autobiográfico traz em relação à narração de um fato sob o olhar da pessoa que os vivenciou, considera a atividade representacional dando-lhe certo tom de universalidade, um real que na autobiografia seria confiável justamente por conta de uma hipotética identificação.

A respeito dessa plena identificação entre autor/narrador/personagem depreendemos ser tarefa inconcebível já que afirmamos se tratar de três consciências em momentos de acabamento distintos. Uma relação dialógica entre essas três entidades confere à enunciação na obra autobiográfica certo teor de unidade que não mais pode ser pensado na direção da fidelidade com um acontecimento real, por mais que se trate da mesma pessoa, as memórias serão sempre reconstruídas por consequência da extralocalização.

Nesse pano de fundo, visualizamos em Arfuch (2010) e seu conceito de espaço biográfico novas perspectivas que nos permitem embasar um estudo de (auto) biografias e seus desdobramentos num paradigma que, de uma forma geral, é mais contemporâneo, por sua vez, considerando questões referentes a um novo olhar para a subjetividade e metodologia conceitual correspondente. Nesse espaço, preme de ser explorado, vislumbramos inúmeras possibilidades de desnudar facetas ainda encobertas desse ser inscrito na/pela linguagem. O espaço biográfico nos proporciona analisar esse autor, ou melhor, essa subjetividade plenamente inacabável, seus dilemas e questões em dias de uma sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARFUCH, L. O espaço biográfico na (re) configuração da subjetividade contemporânea In: GALLE, Helmut et al. (org.). *Em primeira pessoa*. Abordagens de uma teoria da autobiografia. São Paulo: Annablume; FFLCH-USP. 2009, pp. 113-121.
- ARFUCH, L. *El espacio biográfico: dilemas de la subjetividad contemporánea*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- BAJTIN, M. *Yo también soy* (Fragmentos sobre el otro). Méjico:Taurus, 2000.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARTHES, R. A morte do autor In: BARTHES, R. *O Rumor da Língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.
- GAGNEBIN, J. -M. Do conceito de *Darstellung* em Walter Benjamin ou verdade e beleza. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 46 (2005, dezembro), pp. 183-190.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós – modernidade* Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEJEUNE, P. O pacto autobiográfico. In: LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014, pp. 15-55;
- ROUSSEAU, J.-J. *Confissões*. Bauru, SP: Edipro, 2008.
- VERSIANI, D. Considerações sobre a noção de autor. *Literatura em Debate*. Frederico Westphalen, v. 3, n. 4, p. 1-20, 2009.
- VOLOCHÍNOV, V(Círculo de Bakhtin). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 1. ed. Trad. Sheila Grillo, Ekaterina Vólkova Américo, São Paulo: 34, 2017.

Artigo recebido em fevereiro de 2018.

Artigo aceito em abril de 2018.